

ENTRE TERRITÓRIOS DISSIDENTES, UTOPIAS E LUTAS: NOTAS SOBRE A COMUNIDADE AUTÔNOMA UTOPIA E LUTA (PORTO ALEGRE)

RENATA FERREIRA DA SILVEIRA
AGB-Porto Alegre e AGB-Nacional
renatafsilveira@gmail.com

A futura organização social deve ser construída apenas de baixo para cima, por meio da livre associação ou federação dos trabalhadores, de início nas associações, depois nas comunas, regiões, nações e, enfim, numa grande federação internacional e universal.

(BAKUNIN, *A Revolução Social*, 1871)

RESUMO

O artigo a seguir busca refletir sobre a Comunidade Autônoma Utopia e Luta, sua história, sua organização, suas relações de poder e de cotidianidade, as quais engendram e contextualizam a busca que ali se verifica pela autogestão. Para tanto, trazemos ao leitor, inicialmente, uma discussão em torno da autogestão e do anarquismo, com ênfase no anarquismo especificista. A partir desse breve ensaio, fazemos uma interseção entre as concepções de organização política, de democracia, de projeto de sociedade e de relações comunitárias, com algumas nuances do anarquismo. Trata-se, portanto, de relacionar as potencialidades da presença da autogestão como um mecanismo de resistência ao capitalismo e às formas de organização historicamente autoritárias, configurando-se em territórios dissidentes.

PALAVRAS-CHAVE: Utopia e luta. Porto Alegre. Autogestão. Anarquismo. Ocupação. Territórios dissidentes.

ON DISSIDENT TERRITORIES, UTOPIAS AND STRUGGLES: SOME REMARKS ON THE AUTONOMOUS COMMUNITY ‘UTOPIA E LUTA’ (PORTO ALEGRE)

ABSTRACT

The following article searches to reflect on the Autonomous Community ‘Utopia e Luta’ (Porto Alegre, Brazil), its history, its organization and its power and quotidian relations that engender the search for self-management. For such, we bring to the lector a reflection around self-management and anarchism, putting the emphasis in the ‘specificist’ (*especificista*) anarchism. Starting from this brief rehearse, is made and intersection between the conceptions of politic organization, of democracy, of society project and of communitarian relations endorsed by the people living in “Utopia e Luta” with some aspects of the anarchism. It is about, therefore, of relating the potentialities and the presence of self-management as a mechanism of resistance to capitalism and the forms of organizations historically authoritarians, configuring dissident territories.

KEYWORDS: Utopia e luta. Porto Alegre. Self-management. Anarchism. Squat. Dissident territories.

INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 25 de janeiro de 2005, em Porto Alegre, cerca de 80 pessoas, entre mulheres e homens, idosos e crianças, ocuparam um prédio abandonado (Figura 1) no Centro de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Tal ocupação ocorreu no seio do V Fórum Social Mundial, com a iniciativa e o apoio do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM), assim como da Rede *No Vox*¹ (Sem Vozes), a qual articula diversas entidades e organizações populares europeias, asiáticas e africanas que debatem o direito à cidade, à moradia e ao trabalho. O prédio em questão, localizado na emblemática escadaria da Avenida Borges de Medeiros, número 721, no centro da cidade com a cesta básica mais cara do país², pertencia ao Instituto Nacional de

¹ Rede NoVox – <http://www.no-vox.org/>

² Dados fornecidos pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Disponíveis no sítio: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/traabr10.xml#POA>> - Consultado em 4 de maio de 2010.

Seguridade Social (INSS). A ocupação foi uma forma de chamar a atenção dos participantes do Fórum Social Mundial – que ocorria em Porto Alegre nesse mesmo período – para os “despossuídos” do mundo.

Passados sete anos, o prédio na Avenida Borges de Medeiros agora está reformado, com a fachada restaurada e com a calçada ocupada (Figura 2). São quarenta e dois apartamentos, moradias de famílias que vieram da periferia da cidade, algumas sem ter onde morar, outras, sem renda ou com seus membros desempregados, às vezes, incorrendo em ambas as situações. Hoje, crianças brincam nas calçadas, vizinhos tomam chimarrão entre uma conversa e outra. Na mesma fachada, a arte na parede diz que é “contra a criminalização dos movimentos sociais”, e identifica o “assentamento urbano Utopia e Luta”. No topo, entre centenas de terraços e escritórios, uma bandeira vermelha e negra com uma estrela amarela simboliza a resistência do “território de autodeterminação popular”.

Como se organizou o Utopia e Luta e se garantiu como espaço político? Para chegar à auto-organização do prédio, enquanto espaço físico e político, essa trajetória passou por diversos momentos de organização e gestão, com perspectivas e propostas políticas divergentes, relações de poder etc. Exporemos aqui a forma de organização do Utopia e Luta e um breve histórico desse processo.

A partir desse questionamento, dessa inquietação – que não é só da autora – buscamos escrever esta reflexão partindo do pressuposto que as lutas organizadas geram movimento que, com sua dinâmica, promove transformações na história (tempo) e na geografia (espaço). Todavia, para que esses movimentos organizados e intervenções permaneçam no espaço, é necessário partir de uma concepção de organização definida em princípios libertários, tanto de organização quanto de política, de classe e de ideologia. Portanto, procuramos criar uma interseção entre as potencialidades da autogestão na perspectiva do anarquismo especificista e a organização da Comunidade Autônoma Utopia e Luta.

Evidentemente, não se trata de taxar esses conceitos, vivências e concepções de organização de moradia ou fazer deles “um balaio de gato”. Tampouco de rotular os moradores como anarquistas, diagnosticar erros e/ou apontar soluções, negando, então, as contradições e embates do cotidiano dos sujeitos que buscam nesse mesmo cotidiano a liberdade, um outro mundo, e que, ao mesmo tempo, deparam-se com uma sociedade baseada no consumo, na alienação

e nas mais diversas tentativas de cooptação política e ideológica por agentes historicamente autoritários, como o Estado, as empresas privadas, os partidos políticos etc. Seria um erro irremediável, tanto com os moradores quanto com o próprio anarquismo. O que pretendemos é elucidar a necessidade da organização política calcada em princípios libertários e as potencialidades que isso pode gerar, caracterizando territórios dissidentes (SOUZA, 2006, p. 592).



Figura 1: Fachada do prédio abandonado



Figura 2: Fachada do prédio atualmente

A AUTOGESTÃO E O ANARQUISMO

Frequentemente, o pensamento libertário e o anarquismo são confundidos um com o outro. É necessário esclarecer que, embora historicamente tenham andado e ainda andem juntos, possuem abrangências diferentes. O anarquismo é parte do pensamento libertário; porém, desde a segunda metade do século XX, é possível perceber que este vai um pouco além daquele. De acordo com Souza (2011)³,

Os libertários não compõem e nunca compuseram um universo homogêneo. É comum, por razões históricas muito compreensíveis, confundir o pensamento libertário com o anarquismo; afinal de contas, se deixarmos de lado certas afinidades mais ou menos substantivas e mais ou menos aparentes com personagens e movimentos de um passado mais remoto, pode-se dizer que a perspectiva libertária, como crítica radical da heteronomia e rejeição simultânea do capitalismo (e do Estado capitalista) e do “socialismo burocrático” (e das suas premissas políticas e filosóficas, embutidas no marxismo típico), foi inaugura-

³ Não paginado.

da, historicamente, pelo anarquismo. Historicamente, aliás, o anarquismo foi o primeiro e o principal representante dessa perspectiva, em cujo âmbito, aliás, o termo “libertário” foi, já muito cedo, proposto e adotado. E, não obstante isso, o anarquismo de um Proudhon, de um Bakunin, de um Reclus, de um Kropotkin, de um Malatesta ou de uma Emma Goldman não poderia, depois de tantas décadas e gerações, pretender-se ainda perfeitamente atual, apto a dar conta da realidade contemporânea e bastando-se a si mesmo, sem complementações ou ressalvas. Raciocinar assim seria incorrer no dogmatismo mais rasteiro, do mesmo tipo daquele no qual os marxistas mais ortodoxos sempre costumaram incorrer - e, com isso, deixando de fazer justiça, aliás, ao próprio Marx.

Esta compreensão da relação entre o pensamento libertário e o anarquismo nos permite fazer a leitura da pertinência da ligação de ambos com a prática da autogestão, como condutores do processo de busca pela autonomia política baseados no contexto/conjuntura político atual e das potencialidades da autogestão enquanto prática eficiente para a manutenção de territórios que procuram, na sua organização, alternativas de resistir e (re)existir cotidianamente. Além disso, o pensamento libertário e o anarquismo trazem em sua história concepções de liberdade, de organização, de coletivização e de horizontalidade que são fundamentais para a existência da autogestão.

Para Glauco Rodrigues (2011), a coletivização é o processo pelo qual os sujeitos tomam posse dos meios de sobrevivência e “constituem a autogestão política e econômica da organização social, constituindo um espaço público onde o exercício do poder é efetivado por uma coletividade” (RODRIGUES, 2011, p. 264). Todavia, as mudanças nas relações entre os sujeitos, no processo de coletivização, acabam muitas vezes por criar um cenário de contradições cotidianas, ou seja, as contradições e dificuldades desse processo no espaço autogerido implicam ter outra noção de liberdade, de coletivo, de democracia etc.

Henrique Parra (2002), em seu estudo sobre as contradições nos processos de coletivização de empresas autogeridas oriundas de ocupação pelos trabalhadores, aborda a dificuldade de estabelecer novas relações de horizontalidade e de participação nos procedimentos decisórios e administrativos, em conflito com relações autoritárias e de submissão dos trabalhadores, construídas historicamente sobre a base das formas de organizações autoritárias. De acordo com o autor, a autogestão e o processo de coletivização tornam-se também ambiente propício ao desenvolvimento da solidariedade entre os diferentes sujeitos constituintes do espaço autogerido. Parra (2002, p. 19, grifo meu) relata que:

[...] a passagem da situação de empregados assalariados para trabalhadores associados é recheada por inúmeras resistências e transformações culturais. A opção pelo trabalho coletivo nem sempre é consciente e pacífica [...]. Ao mesmo tempo, os anos mergulhados em relações de mando, subordinação e consentimento [...], formaram trabalhadores com um perfil que colide frontalmente com os princípios não hierárquicos e participativos promulgados pela autogestão.

Essas contradições ficam mais evidentes quando a autonomia e a coletividade afloram entre os sujeitos, mas são obstruídas pela própria cultura de submissão inerente à lógica hierárquica de uma fábrica, do Estado, do centralismo democrático, principalmente quando se trata da ingerência burocrática de um antigo modelo de gestão nos moldes do capitalismo. Ao mesmo tempo, essas contradições passam a ser inerentes também à resistência ao próprio modelo capitalista, ou seja, o caráter de resistência se coloca quando, mesmo inseridos em uma organização com “princípios não hierárquicos e participativos”, os sujeitos se opõem, re-existem e reinventam essa oposição na forma de organização. Ou seja, a existência das contradições no processo de coletivização não significa necessariamente a rejeição de um modelo, mas parte das relações individuais com o coletivo. A necessidade de encontrar “ajustes” coletivamente, de forma horizontal, construída de baixo para cima, evidentemente gera conflitos que são superados no cotidiano, pois faz parte do exercício de existir e resistir. A autogestão se torna então uma forma de organização que propicia esse exercício.

Exemplificando ainda a proposta de autogestão, remetemo-nos ao pensamento do ativista e ecologista social Bookchin (2011) para fazer algumas considerações sobre diferentes correntes do anarquismo. Em uma recente publicação, intitulada “Anarquismo, crítica e autocrítica”, o autor faz uma diferenciação entre o anarquismo social e o anarquismo “estilo de vida”. Para Bookchin, desde os anos 1990 essas duas correntes do anarquismo se distanciaram, pois o anarquismo “estilo de vida” estaria voltado para grupos anarquistas – também adeptos da autogestão – que limitam o campo da transformação social ao indivíduo ou somente ao grupo a que pertence, referindo-se, em especial, à estética ou a relações de comunidades alternativas que se isolam, ainda que sob uma proposta libertária. Para ele, essa forma de anarquismo se contrapõe ao “anarquismo social”, ou seja, o anarquismo entranhado no internacionalismo, na solidariedade de classe, articulado em

diversas escalas e presente, principalmente, no sindicalismo revolucionário⁴ do início do século XX (BOOKCHIN, 2011).

Optamos por olhar para o anarquismo especificista, pelo fato de que ele se baseia nos princípios do anarquismo social (BOOKCHIN, 2011). Trata-se de uma interpretação que tem a sua origem na Federação Anarquista Uruguiaia (FAU),⁵ a qual define a práxis anarquista sob dois eixos centrais: organização e inserção social através do trabalho de base. Esta interpretação, a rigor, não é propriamente nova, e suas fontes de inspiração são as ideias de Bakunin e Errico Malatesta, os quais deixam claro, em seus escritos, que o anarquismo não prescinde de organização, e que qualquer forma de organização libertária deve conter objetivos comuns e se pautar por formas e meios necessários para atingir o objetivo proposto por ela e, logicamente, pelos sujeitos que a compõem (MALATESTA, 2000). Essa proposta de organização, baseada em agrupamentos societários, com estratégias, planejamentos e objetivos comuns, baliza alguns princípios da autogestão, como forma também de associação, com estratégias políticas para atingir objetivos desde o campo sindical até o comunitário. Porém, o anarquismo especificista, assim como quase todo o anarquismo revolucionário, dentro da tradição do que Bookchin denominou “anarquismo social”, claramente se distingue tanto das leituras marcadamente individualistas quanto daquelas orientações que se mostram avessas a toda e qualquer forma de organização, negligenciando a necessidade de um tipo de organização especificamente anarquista.

A concepção de política ostentada pelo anarquismo especificista está diretamente ligada a uma ideologia que se expressa no conjunto de ideias, motivações, aspirações, valores, estrutura ou sistema de conceitos que possuem uma conexão direta com a ação, conceituada como prática política (MTD-RJ; UNIVERSIDADE POPULAR, 2010). A ideologia exige a formulação de objetivos finalistas (de longo prazo, das perspectivas de futuro), a interpretação da realidade em que se vive e um prognóstico, mais ou menos aproximado, sobre a

⁴ É importante salientar que Murray Bookchin baseia suas teses sobre o anarquismo social voltado para as mesmas vertentes do anarquismo clássico, pois, em sua análise, considera que o sindicalismo já não cumpre a função de organismo revolucionário representante da classe trabalhadora, por estar completamente inserido no sistema capitalista. Por isso, a análise de Bookchin valoriza para a organização comunitária, inclusive no ambiente das grandes cidades, o que ele chama de “municipalismo libertário”.

⁵ FAU – <http://www.nodo50.org/fau/>

transformação dessa realidade (FARJ, 2009). Ou seja, para o anarquismo especificista, a ideologia não é um conjunto de ideias e valores abstratos, dissociados da prática, com um caráter puramente reflexivo, mas um sistema de conceitos que existe à medida que é concebido junto à prática e para ela está voltado.

Uma segunda característica do anarquismo especificista, que está ligada à autogestão, é a compreensão e a consciência da existência da luta de classes (uma característica, aliás, do anarquismo social e revolucionário como um todo, ou mesmo do pensamento libertário em sentido próprio, mais amplamente). Nesse sentido, o anarquismo difere da tradicional concepção marxista, ainda que apresente fortes laços históricos com ela, por acreditar que os sujeitos revolucionários não estão somente no proletariado fabril – grosso modo –, mas se encontram também em outros agrupamentos, como nos movimentos sociais de luta pela moradia, associações de bairro, de moradores de rua e de desempregados, bem como em coletivos voltados à discussão de gênero, raça e sexualidade (FARJ, 2008). Tão fundamental quanto a concepção de política e de luta de classes, e igualmente inerente à autogestão, é a prática da democracia concebida pelos anarquistas, que se opõe à democracia representativa, em que os sujeitos políticos são eleitos através do voto. A democracia, para o anarquismo, é um mecanismo direto, e por isso chamado de democracia direta, que perpassa todas as esferas da vida dos sujeitos que compõem o coletivo. Sendo assim, política e democracia direta convergem no mesmo caminho de “fazer política”, que passa a ser uma ação em toda a estrutura de construção da sociedade e não somente uma execução parlamentar, levando os indivíduos a “participar e decidir efetivamente sobre as questões da sociedade e, especialmente, naquilo que nos afeta [...] fora da esfera eleitoral” (FARJ, 2008, p. 67).

Podemos identificar alguns exemplos de organização anarquista especificista no Brasil, como a Federação Anarquista Gaúcha (FAG)⁶, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro (FARJ)⁷, a Organização Anarquista Socialismo Libertário⁸ (OASL-SP), a Organização Libertária Zumbi dos Palmares⁹, entre outras que têm sua base de inserção social em agrupamentos por coletivos e, como alternativa também aos partidos políticos, adotam, para a organização

⁶ FAG – <http://www.vermelhoenegro.org/>

⁷ FARJ – <http://www.farj.org/>

⁸ OASL-SP – <http://www.anarquismosp.org/>

⁹ Organização Libertária Zumbi dos Palmares – <http://resistencialibertaria.org/>

popular, a ação direta, a democracia direta, a autonomia política e social, a autogestão e a horizontalidade.

As concepções citadas anteriormente são pontos que ligam a ideologia anarquista à prática da autogestão, uma forma de organizar um agrupamento com objetivos comuns, que necessita de compreensão política para adquirir o caráter de resistência. A “prática” se torna, então, fator fundamental, à medida que teorias e ideias se formulam através dela, de forma dinâmica, criativa, pró-ativa e libertária.

Logo, pode-se afirmar a existência dos seguintes pontos de interseção entre a autogestão e o anarquismo especificista:

- A autogestão não é uma simples forma de administração ou distribuição de tarefas, mas um meio de organizar sujeitos com objetivos comuns, alicerçados em bases libertárias.
- As bases libertárias estão, também, nas tentativas cotidianas de ruptura e/ou questionamentos em relação ao poder do Estado e a qualquer forma autoritária, seja de empresas privadas, governos e/ou partidos políticos de esquerda e/ou de direita, e até mesmo movimentos sociais hierarquizados e centralizados.
- Funcionamento por meio de mecanismos como a democracia direta, a horizontalidade organizativa, fóruns deliberativos e de discussão amplamente participativos.
- Articulação com diferentes movimentos sociais, coletivos, associações de bairro ou sindicatos, em diversas escalas e em redes.
- Compreensão das contradições e dificuldades da implantação da autogestão como parte do processo de construção de uma sociedade com base libertária.
- Utilização de estratégias que possam fortalecer a organização/coletivo tanto no sentido financeiro quanto no político, a partir da autonomia política.
- Protagonismo dos sujeitos na sua construção.

A COMUNIDADE AUTÔNOMA UTOPIA E LUTA: UTOPIAS E LUTAS DE UM TERRITÓRIO DISSIDENTE

“Utopia e luta são duas palavras que resumem e sintetizam a verticalidade do povo trabalhador e oprimido no percurso da história da humanidade.

Incalculáveis são as lutas acontecidas além dos tempos resistindo à barbárie desumana dos poderosos. Incalculáveis são as vidas injustamente perdidas dos companheiros ao longo da história nos campos de batalha, sempre em condição de desvantagem.

Mas o povo no século XXI está ciente dos desafios, consciente de suas responsabilidades, levantando as bandeiras da justiça social.

São os movimentos pela reforma agrária, urbana, pelo meio ambiente, os direitos das mulheres, movimentos contra a discriminação sexual, movimento negro, indígena, estudantil, Movimentos com M maiúsculo que lutam pela vida e a dignidade de nossos sofridos povos.

Os últimos estudos sobre a superpopulação, a poluição ambiental e o aquecimento global são previsíveis e as perguntas de “O que fazer?” são parte de uma equação ainda sem solução.

Pensar na alimentação, saúde, geração de renda, moradia, consumo de energia, desenvolvimento sustentável, lixo, poluição ambiental, educação, segurança, recursos naturais e vitais, principalmente a água, só deixa muitas dúvidas se seremos capazes de resolver.

Bastou menos de 200 anos de capitalismo, sistema genocida, para colocar em risco os bilhões de anos de vida do planeta.

Os movimentos sociais, como ferramenta indispensável da organização popular, têm o dever histórico de assumir com responsabilidade a ação revolucionária.

O desafio desta batalha certamente definirá o futuro das próximas gerações. Reorganizar o confronto da luta de classes é indispensável, bem como reabrir o debate interno nos movimentos sociais sobre o vínculo histórico com a esquerda institucional. Nosso grupo Utopia e Luta declara-se soberano de suas decisões na livre prática de sua legítima autodeterminação, sempre disposto ao diálogo de conteúdo revolucionário com todos os segmentos da sociedade trabalhadora e organizações políticas institucionais com o fim de acelerar o processo de reorganização revolucionária.

Debater estratégias para atingir objetivamente o capitalismo é nossa prioridade.

A educação e a formação política serão a base da construção de eixos comuns na orientação da luta de ação direta no confronto cultural com a mídia dominante.

As redes de comunicação alternativas, como rádios comunitárias, jornais e similares, assim como a construção de propostas artístico-culturais de comprometimento na formação de opiniões, terão um papel de grande importância em nosso projeto.

Usaremos todas nossas forças na reconstrução do tecido social solidário e participativo, priorizando a construção de núcleos de geração de renda, como objetivo básico o reencontro com a dignidade individual e coletiva do povo trabalhador.

Convocamos todas as forças políticas e sociais a refletirem responsabilmente, a procurarem eixos indispensáveis capazes de unificar a luta no combate ao nosso inimigo, o capitalismo.”

Texto aprovado no encontro coletivo do dia 29 de julho de 2007.

A OCUPAÇÃO: SEU COMEÇO E SUAS CARACTERÍSTICAS GERAIS

Quem somos? Um movimento autônomo, construindo um Assentamento Urbano, exercitando a autogestão, sustentabilidade e autonomia como princípios. Lutamos pela reorganização das lutas urbanas.
Acreditamos na UTOPIA através da LUTA dos POVOS.
O DIREITO DE VIVER NÃO SE MENDIGA, SE TOMA!¹⁰

Moradores mais antigos do Utopia e Luta¹¹ relatam que no momento da ocupação, policiais armados cercaram o prédio e a segurança improvisada organizada pelos próprios ocupantes, impedindo a entrada e a saída de pessoas e alimentos. De acordo com Ana, “quando chegamos à porta do prédio, cheio de bandeiras, alguns estavam até com pedaços de pau, chegou a dar um frio na barriga, era polícia por todo o prédio, parecíamos bandidos!” (vide Figura 3).



Figura 3: Reportagem de capa do jornal Zero Hora, em 26 de janeiro de 2005

Ocupação semelhante já havia sido realizada no Fórum Social Mundial anterior, também em Porto Alegre, porém nada havia se alterado por parte do poder público. Talvez a última ocupação tenha servido de exemplo para

¹⁰ Texto retirado do site: <http://utopia-e-luta.blogspot.com/> - acesso em setembro de 2011.

¹¹ Entrevistas cedidas em janeiro de 2011.

os ocupantes, pois, desta vez, iniciaram-se as negociações da Cooperativa de Produção, Trabalho e Habitação Ltda. (Coopernova) – ligada ao MNLM – diretamente com o INSS e com a União, por meio do Programa de Crédito Solidário (PCS) do Ministério das Cidades.

A destinação do prédio à moradia é resultado da Medida Provisória 335/06, votada na Câmara dos Deputados e transformada em Projeto de Lei de Conversão¹², em abril de 2007, o qual foi, em seguida (15 de maio desse mesmo ano), aprovado, transformando-se na Lei nº 11.481, sancionada em junho de 2007. Essa lei previa a possibilidade de uso de prédios públicos da União desocupados, sendo o direito de posse concedido através do Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social. Esse foi o primeiro caso de destinação de prédio público para moradia popular e também o único, pois logo após essa decisão, a lei foi derrubada. De acordo com informações do Ministério das Cidades

O valor total do investimento foi de R\$ 1,06 milhão – cada unidade habitacional custou R\$ 25.262. Do montante total, R\$ 170,6 mil correspondem ao preço do imóvel. O valor financiado pelo Programa de Crédito Solidário é de R\$ 1,008 milhão, sendo R\$ 24 mil por família. O programa de financiamento não tem juros e o prazo para pagamento é de 240 meses. Cada família beneficiada participa, ainda, com o pagamento de R\$ 1.262,00. (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2008)¹³

Marcelo¹⁴, natural de Bagé, estudante de enfermagem e morador do Utopia e Luta, relata que depois da conquista, o mais difícil foi conseguir ter “alguma voz no projeto”, ou seja, algum tipo de intervenção, pois, após mais de dez anos de abandono, o prédio necessitava de restauração e reforma e isso só poderia se concretizar, legalmente, em contrato com alguma empreiteira. O valor destinado para a obra, definido pelo Programa de Crédito Solidário e pelo sindicato dos Arquitetos e Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul, foi de aproximadamente dois milhões de reais e, de acordo com Marcelo, “nenhuma empreiteira queria pegar o projeto”, pois todas julgavam que o valor estava muito abaixo do necessário para realizar todas as reformas previstas.

¹² Projeto de Lei de Conversão (PLC) é quando uma Medida Provisória é alterada pelo seu relator. Para ser aprovado, o PLC precisa passar pelo Senado e ser sancionado pelo Presidente da República.

¹³ Ministério das Cidades: <http://www.cidades.gov.br/noticias/predio-do-inss-no-rs-destinado-a-moradia/Acesso: 15 de março de 2010>.

¹⁴ Entrevista concedida em janeiro de 2010.

Depois de longas negociações, em um acordo com o Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul, foi elaborado um projeto no valor de R\$ 720.000,00. No acordo de reforma também estava estabelecida a participação ativa dos moradores, ajudando na reforma do prédio, na segurança e na alimentação dos trabalhadores da construção civil. Essa participação foi fundamental para o barateamento dos custos da obra.

Após a entrega do prédio, em 2007, a ocupação rompeu com o MNLM, devido ao conflito de concepções ideológicas entre alguns moradores e o Movimento. Além disso, algumas preocupações ainda faziam parte do cotidiano dos moradores: uma era garantir que o projeto fosse aprovado e os recursos, recebidos; outra preocupação era o receio de que setores políticos mais conservadores tentassem impedir a autonomia na gestão do prédio. Ainda de acordo com Marcelo,

a maioria ajudou, sem-terra, ambientalistas, catadores, coletivos autônomos, partidos, anarquistas... era de tudo um pouco. Mas muitos também pisavam quase nunca no nosso meio e diziam que tudo era graças a eles. Deu muita peleia isso tudo. Nem todo mundo concordava, nem todo mundo entendia também. Mas conseguimos separar bem as coisas e ver até onde eles (os movimentos sociais) poderiam realmente ajudar e nos apoiar¹⁵.

Mesomo (2009, p. 18), ao realizar um estudo antropológico sobre o Utopia e Luta, descreveu da seguinte forma o momento de entrega oficial do prédio:

A presença do MNLM na cerimônia oficial causou certo mal-estar, porque, às vésperas do evento, o Utopia e Luta havia rompido com a organização, e os moradores e militantes vestiam, na ocasião, camisetas vermelhas com o símbolo da comunidade sobreposto [...]. A forte presença do Estado também possibilitou receber algumas características constitutivas daquele grupo. Enquanto apenas dois militantes de movimentos sociais tiveram espaço para discursar na cerimônia, nada menos que seis representantes oficiais fizeram suas falas. No seu discurso, o Estado tentava, a todo instante, incorporar aquele processo e seus louros relativos a um projeto desenvolvimentista nacional mais amplo, ou mesmo a questões governistas. Entretanto, havia uma preocupação muito grande das pessoas (entre militantes e moradores que compareceram à cerimônia) em evitar esse abafamento do protagonismo na conquista do prédio. Na forma de um sutil e insolente caçoar das autoridades: “deixa as pessoas importantes passarem que elas têm que entrar primeiro [...]”.

A partir da auto-organização dos ocupantes na vigília do prédio, articulou-se a Comunidade Autônoma Utopia e Luta que, posteriormente, criaria a

¹⁵ Entrevista concedida em janeiro de 2010.

Cooperativa de Solidariedade Utopia e Luta (COOPSUL) com o intuito de responder juridicamente pelo condomínio e substituir a Coopernova, ligada ao MNLM.

Eduardo Solari, artista uruguaio radicado no Brasil¹⁶ e morador do Utopia e Luta, conta que foi necessário estabelecer critérios para os novos moradores, pois o número de famílias ocupantes excedia a quantidade de apartamentos disponíveis. De acordo com Solari, os critérios usados foram a idade dos interessados, a “consciência da luta pela moradia e da autogestão como uma metodologia de resistência para um novo modelo de mundo e não só de moradia”, e a concepção de autonomia política, não permitindo que a conquista da moradia servisse como barganha para campanhas político-partidárias. No que se refere ao perfil dos moradores, de acordo com Solari, a maioria era proveniente de bairros periféricos de Porto Alegre, como o Morro da Polícia, Restinga, Partenon, Vila Cruzeiro etc., e as profissões, as mais variadas: pedreiros, faxineiras, comerciantes, além de muitos desempregados.

O “BRAÇO ECONÔMICO E POLÍTICO”: A COOPERATIVA SOLIDÁRIA UTOPIA E LUTA (COOPSUL)

A constituição da COOPSUL, em 08 de agosto de 2008, ocorreu quando os moradores perceberam que esta seria a única alternativa jurídica para dar continuidade aos projetos que haviam esboçado durante o período de ocupação, como a padaria, a cozinha e a lavanderia coletiva. A Cooperativa seria também uma garantia de manter a autonomia das decisões tomadas pelos moradores em relação aos projetos do prédio. De acordo com documentos analisados, a COOPSUL define seus princípios e objetivos:

[A] COOPSUL reafirma seus princípios de classe na não reprodução do sistema de exploração bem como o não acúmulo de capital financeiro ou material de especulação de bens de consumo ou outros. Nossa organização foi constituída com objetivo na captação de recursos para criação de políticas de autogestão e distribuição de rendas, provenientes do esforço de projetos organizados e com fins multiplicadores da dignidade do povo oprimido. Nestes termos reafirmamos nossa coerência na prática do dia a dia, além das necessidades impostas pelo sistema e manifestamos que não serão as mesmas que farão mudar o rumo da Utopia de Luta classista e revolucionária em prol de um mundo justo e

¹⁶ Documentos cedidos pela COOPSUL em 2010.

emancipado do poder imposto. Desde aqui nosso respeitoso agradecimento aos parceiros, militantes, entidades sociais, que colaboraram na consolidação e desenvolvimento da entidade só com o fim de ver aplicar suas parcerias com ética e responsabilidade cidadã.



Figura 4: Fachada e logotipo da Coopsul

Alguns moradores também relataram por que surgiu a Cooperativa, afirmando que “tinha muita gente desempregada na época, a Coopsul tinha o papel de nos dar autonomia pra gente poder decidir como gerar renda pras famílias de cá”. A COOPSUL funciona como gestora das demandas jurídicas do prédio, e é dirigida por um grupo de coordenadores eleitos em assembleia, com mandato indeterminado e revogável, também em assembleia. Ela também acumula a função de fazer o debate político com os moradores e com o “sistema”, como definiu Solaris. A Cooperativa é, então, um mecanismo de materialização do que identificam ser um “projeto maior”, que significa “um projeto de vida, e não um exemplo de compra de terrenos públicos pela Caixa Econômica Federal com o objetivo de dar um teto para uma família”. A meta é criar um espaço “que possa dar aos moradores a possibilidade de seguirem na luta e apoiarem outras famílias, outros despossuídos”.

Esse “projeto maior” se materializa em ações que cumprem alguns dos principais objetivos do Utopia, como a geração de renda, a autossustentação e a consciência de solidariedade de classe. Segundo relato de alguns moradores, a principal finalidade do Utopia e Luta é criar uma prática que gerará outra consciência sobre moradia, sobre cidade, uma “relação não capitalista”, que “questione a propriedade privada a partir da nossa casa para o mundo”, podendo, na opinião de Solari, se materializar através da Cooperativa também.

Atualmente, a COOPSUL é responsável pela gestão da verba adquirida através da apresentação de um projeto elaborado mediante um edital oferecido pela Petrobrás. Embora o primeiro projeto, enviado em 2008, para a reforma do prédio, não tenha sido agraciado, a Cooperativa teve o segundo projeto, de 2010, aprovado. Marcelo, que também é um dos responsáveis pelas finanças, comenta as ações e propósitos dos projetos.

[...] quando a gente entrou o dinheiro da CEF, só deu pra reformar os apartamentos. Todas as áreas comuns agora é que estão sendo reformuladas com a verba da Petrobrás que a gente ganhou ano passado, através de um edital público. A gente botou o edital. Daí deu pra dar uma reforma geral nas áreas comuns e comprar alguns equipamentos. Então tão acontecendo oficinas nestes espaços, oficinas de formação, geração de emprego e renda, inclusão, muita coisa.

A ESTRUTURA ORGANIZATIVA, OU: “ESTÁS PISANDO EM UM TERRITÓRIO DE AUTODETERMINAÇÃO POPULAR”

O Utopia e Luta, durante o processo de ocupação, dividia as demandas de subsistência dos ocupantes, com assembleias periódicas que distribuía as tarefas mais urgentes, como o revezamento para a segurança, o auxílio nas reformas do prédio e o caráter político de permanecer ocupante, mesmo sem condições básicas de moradia, visto que o prédio ainda não havia sido entregue.

O processo de organização no período de ocupação do prédio também resultou em uma espécie de escola para o desenvolvimento da autogestão. A esse respeito, Marcelo acrescenta:

Autogestão mesmo não tinha, que eu lembre. Começamos a falar sobre isso depois, com o tempo. É muito complicado falar de autogestão com o povo que tá acostumado a ser mandado. Foi bem difícil, mas a autogestão é um processo que construímos no dia-a-dia, é necessário um projeto, uma forma de fazer que a consciência de consumo e de ‘preguiça’ das pessoas caíam. É preciso que a gente tenha consciência da autogestão como mecanismo revolucionário, da nossa capacidade de autodeterminação e de autonomia.

Após a entrega do prédio para a moradia, foram necessárias novas formas de organização, ainda dentro da realidade de uma série de atores com linhas políticas divergentes, inseridos em partidos políticos, sendo moradores do prédio. Essas divergências ficaram mais acirradas a partir da ruptura com o MNLM – como dito anteriormente – colocando dentro do mesmo espaço a necessidade de habitar e resistir com diferentes projetos de mundo – visto

que conquistar moradia no centro de Porto Alegre através da concessão de um prédio público pelo governo federal gera, além de contradições, uma forte bandeira político-partidária. Assim, surgiram duas forças políticas, por assim dizer, a primeira com alguns (ainda que poucos) militantes do Partido dos Trabalhadores (PT); a segunda, com postura política oposta, que defendia os princípios da autogestão e da autonomia e que estavam à frente do processo de ocupação. Nessa relação de forças, se estabelece como organização do prédio a proposta da linha política voltada para a construção da autogestão baseada na autonomia (Figura 5). Marcelo comenta:

Daí a gente começou a colocar em prática o projeto político que tava no papel, um prédio que sustentava a luta pela moradia, com um projeto de sustentabilidade, de autogestão, no espaço central da cidade, com alto poder especulativo e imobiliário, financeiro e de consumo.



Figura 5: "Estás pisando em território da autodeterminação popular" - Entrada do prédio

Esse momento de transição, de ocupação para moradia, gera diversos conflitos. Marcelo também comenta o temor de que a proposta política que viria a se contrapor a um projeto centralizado de gestão, de forma pessimista, tornasse o Utopia e Luta um espaço somente de moradia, distante de qualquer ação mais efetiva dentro dos debates sobre habitação popular, transformando-o apenas em símbolo da conquista da propriedade privada.

O prédio foi visualizado como moradia, ponto. Só que o Utopia e Luta, a partir que tomas as rédeas do processo, a gente queria moradia, mas quer luta também. Então o prédio fica muito pequeno pra servir de depósito de pessoas pro resto da vida esperando pra vender o seu apartamento e voltar pro seu lugar de origem. O prédio seria como uma escola comunitária e solidária pra luta coletiva, ou seja, as pessoas dali cadastradas, que participam há dois anos de reunião, assembleias, do cotidiano, as pessoas que participaram desta jornada aceitaram de pleno acordo com uma gestão coletiva, todo mundo em uma assembleia decidiria o que fazer e qual são prioridade de trabalho do coletivo.

O Utopia e Luta, então, passa a se organizar através da coordenação e do condomínio. A coordenação se encarrega de gerir as questões políticas, como o contato com movimentos sociais, coletivos autônomos, sindicatos, além da administração da COOPSUL. O grupo responsável pelo condomínio se torna responsável pela gestão da lavanderia e da portaria, bem como dos gastos com luz e água, entre outras demandas mais específicas. Além disso, esses dois departamentos assumem a secretaria, a quem cabe convocar assembleias periódicas, organizar as pautas etc. A assembleia é a instância máxima decisória do Utopia e Luta, espaço onde se reveem e se rediscutem as tarefas assumidas pelos moradores, a exemplo do funcionamento da lavanderia, da cozinha, da portaria e dos demais espaços coletivos, além da gestão do condomínio, da coordenação etc.

Em janeiro de 2011, se iniciou uma nova organização de gestão, em que as relações de força e de poder se tornaram mais claras. O cenário posto enquadra três grupos: os moradores que não estão totalmente inseridos no processo de construção política do Utopia e Luta (ainda que poucos e/ou por opção); os moradores que têm sua formação política baseada nos princípios de centralismo democrático, inseridos em partidos políticos, cargos de confiança de parlamentares etc.; e os moradores que participam da construção desde a época da ocupação e que se autorreivindicam Movimento Utopia e Luta, pois estiveram à frente do processo de ocupação. Sobre esta última afirmativa, Ana, uma das responsáveis pela COOPSUL, afirma:

O Utopia e Luta hoje ele é pessoas, o Utopia e Luta é uma organização autônoma, não hierárquica, não verticalizada, muito horizontalizada até. Quem participa da coordenação do Utopia e Luta é quem trabalha no Utopia e Luta, então, a gente sempre tem algumas lideranças que se fizeram ao longo do caminho pelo seu trabalho, mas ao mesmo tempo tá aberto à outras pessoas que queiram se juntar, dar doação do seu trabalho espontâneo, voluntariado.¹⁷

Este cenário coloca em debate a forma de organização, com uma nova divisão de tarefas, aprovada em assembleia. O resultado foi a redistribuição de responsabilidades e tarefas na COOPSUL, no financeiro, no condomínio e na comissão política, e também a criação de cinco núcleos que abarcam a execução e gestão dos projetos, mais o núcleo cultural e de comunicação.

¹⁷ Entrevista concedida em março de 2011.

A equipe financeira ou “burocrática”, como a denominam os próprios moradores, tornou-se responsável pelas relações com a prefeitura – IPTU, imposto sobre coleta de lixo e iluminação pública, e qualquer outra demanda que houver – e com a Caixa Econômica Federal, assim como pela administração da verba do projeto da Petrobrás. A equipe de condomínio cuida dos espaços coletivos dos moradores, como a lavanderia, da conservação do prédio, da disposição do lixo, da portaria e da cobrança da taxa condominial, cujo valor é referente ao gasto de água, luz e alguma outra despesa de manutenção, como pintura e encanamento. A soma total é dividida pelo número de unidades habitacionais, de acordo com o consumo.

As diferenças existentes entre a estrutura organizativa do Utopia e Luta de hoje e a anterior a 2011 estão, basicamente, na distribuição das tarefas que antes estavam centralizadas na coordenação e no condomínio e que passaram a ser divididas nos núcleos (abaixo identificados) e numa comissão política. Repensada a coordenação em assembleia, foram organizados cinco núcleos diferentes, de acordo com as novas possibilidades surgidas a partir da verba obtida com o projeto aprovado pela Petrobrás. Os núcleos, que contam cada um com um monitor, são os seguintes: corte e costura, padaria, horta hidropônica (Figura 6), serigrafia e lavanderia comunitária.



Figura 6: Horta hidropônica

Além dos núcleos, há também a comissão cultural, que cuida da agenda do Quilombo das Artes e de intervenções culturais com outros coletivos populares, e a comissão política, que se responsabilizou por fazer os contatos externos com outros movimentos e grupos, como sindicatos, associações etc.

Nas entrevistas e na vivência no Utopia e Luta, foi possível escutar diversas vezes a palavra “projeto”, pronunciada com diversos sentidos: ora para designar um documento elaborado com algum objetivo, como os enviados para concorrer aos editais públicos, ora com significado político e, principalmente, no

sentido de “projetar” algo para o futuro, pensar o cotidiano coletivamente. Ao mesmo tempo, nota-se que, ainda que utilizados em contextos diferentes, os sentidos da palavra “projeto” convergem para um objetivo comum.

OS NÚCLEOS

Com a obtenção da verba, foi possível reiniciar algumas reformas dos espaços coletivos. Rodrigo, educador social de rua e morador do Utopia e Luta há dois anos, fala sobre os recursos e sua aplicação nesses melhoramentos:

A gente hoje, com esse recurso, que é um recurso mínimo, conseguiu construir uma estufa, então tem apontado para uma sustentabilidade dos nossos alimentos, a gente pode dentro dessa estufa, que é hidropônica, estar plantando ervas medicinais e já estar fazendo o processo dos nossos remédios, a gente tem um ateliê de costura, que a gente pode estar produzindo as roupas, tem uma serigrafia que pode tá colocando as logomarcas, fazendo dentro desse processo essa disputa, tem uma padaria que tem o potencial de produzir a nossa alimentação. Então, a gente construiu e vem construindo bases que tem que dentro desse processo ir se consolidando, que é base que a gente acabe rompendo com as dependentes que a gente tem do Zaffari¹⁸, das redes, dos monopólios.¹⁹

Foi possível observar também, nos trabalhos de campo e nas investigações documentais, que o objetivo central desses projetos – ainda que contextualizado em diversos sentidos – é investir na autonomia dos moradores para ampliar as possibilidades de geração de renda. O diferencial desses espaços de geração de renda em relação aos convencionais é o viés político explícito, ou seja, não se nega ser uma instância de formação política. A esses projetos geradores de autonomia, os moradores chamam de “sustentabilidade”, conceito que, como pudemos observar nas entrevistas, é entendido pelo Utopia e Luta justamente como conquista plena de independência econômica e autonomia política. A esse respeito, Marcelo comenta,

[...] todas estas áreas estão dispostas a fazer uma luta coletiva, uma aglomeração de pessoas que estão dispostas a fazer e queiram botar este projeto coletivo pra frente e sobreviver, que o mais importante, sobreviver com dignidade. A gente podia bem entrar aqui no prédio e ficar cada um no seu apartamento, alugar as áreas comuns, botar à venda algumas coisas e viver de renda. Mas não, a gente optou por fazer dos espaços comuns núcleos de geração de renda e aglomeração coletiva.

¹⁸ O Grupo Zaffari é uma rede supermercados gaúcha. <http://www.zaffari.com.br>

¹⁹ Entrevista concedida em março de 2011.

O núcleo de corte e costura é o mais recente dentro do Utopia e Luta, visto que foi concretizado a partir da compra de máquinas industriais, do tipo profissional, ocorrida após o acesso ao recurso do edital público da Petrobrás. Este núcleo parte de um desejo antigo dos moradores, sempre adiado, porém, devido ao alto custo dos equipamentos. Este núcleo funciona com a oferta de cursos por moradoras e segue o mesmo intuito de formação profissional, visando à “sustentabilidade” e à geração de renda, ou seja, projetar a autonomia financeira. Não existe um excedente suficiente para montar um comércio, mas o que produzem é vendido, geralmente em feiras nas quais a COOPSUL é convidada a participar, ou em alguma atividade aberta no Quilombo das Artes.

O segundo núcleo é a lavanderia coletiva, que fica no subsolo do prédio. Ela foi montada a partir de um edital com a Eletrosul²⁰, quando adquiriram duas máquinas industriais. Nas assembleias, 42 famílias optaram por não ter máquina de lavar roupa particular, pois consideraram que isso comporia um gasto desnecessário com luz e água. Dessa forma, ficou estabelecido que na lavanderia, segundo uma escala dividida em dias da semana, um responsável por andar lavaria a roupa de todos os moradores do seu andar, através de rodízio, sem nenhuma remuneração. Ficou decidido também que cada família teria um limite de peso de roupas. De acordo com o morador Ernani Rosseto,²¹ 26 anos, “essa prática é um método pensado para, além de auxiliar na economia de água e luz, ser um exercício de responsabilidade e coletividade”. Além disso, os moradores também seguem uma escala na limpeza e na manutenção do prédio.

A padaria (Figura 7) teve início como um projeto interno, e os moradores poderiam utilizar o espaço, no andar térreo, para fazer pães, bolos etc. Com a perspectiva de auxiliar na renda familiar, os moradores optaram, em assembleia, por utilizar o espaço da cozinha coletiva²² como panificadora, ocasião em que a COOPSUL vislumbrou a possibilidade de uma padaria aberta ao público. Nesse espaço, localizado em uma das portas de entrada do prédio, no andar térreo, pães, pizzas, bolos e doces ali produzidos são vendidos: sob encomenda, para eventos; no prédio, para os moradores; em domicílio e aberto para o público.

²⁰ Eletrosul Centrais Elétricas S.A. é uma empresa subsidiária de Centrais Elétricas do Brasil S.A. - ELETROBRÁS, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

²¹ Entrevista concedida em maio de 2011.

²² Vale ressaltar que cada unidade habitacional possui sua própria cozinha.



Figura 7: Padaria

A cozinha, além de abrigar o espaço para produzir os alimentos comercializados na padaria, também abriga uma “feirinha”, onde componentes do núcleo se articulam para buscar, no Ceasa²³ ou no Mercado Público, frutas e verduras que não são produzidos na horta hidropônica, o que resulta num barateamento significativo, visto que os supermercados do centro de Porto Alegre vendem seus produtos a preço mais elevado. Além disso, os componentes do núcleo da padaria ministram oficinas de panificação para os moradores e para o público, sem custos. Este também é um exemplo dentro da proposta de sustentabilidade e geração de renda.

O núcleo da serigrafia retornou às suas atividades devido ao investimento proveniente do edital da Petrobrás. Embora já existisse anteriormente, foi desativado por falta de demanda e de pessoas interessadas em sua gestão. Segundo Ernani²⁴, um dos responsáveis pela serigrafia, “tinha gente que não podia ficar sem trabalhar e esperar surgir alguma coisa na serigrafia, hoje tem mais gente pensando em reativar, pois estamos programando cursos de capacitação ‘pros’ moradores do prédio e ‘pros’ interessados em geral, principalmente população em situação de rua”.

O espaço Quilombo das Artes (Figura 9) é o local onde ocorrem atividades culturais e políticas. Localiza-se no andar térreo, de frente para a Avenida Borges de Medeiros. Frequentemente, são desenvolvidas ali atividades como

²³ Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A.

²⁴ Entrevista cedida em fevereiro de 2011.

teatro, dança, debates, palestras e oficinas, reuniões de coletivos e movimentos sociais, como veremos adiante. O núcleo de comunicação e cultura é o responsável pelo agendamento do espaço e por sua conservação. Vale ressaltar que não existe qualquer tipo de cobrança a quem solicita o uso do espaço.



Figura 8: Atividade artística em frente ao Quilombo das Artes



Figura 9: Logotipo do coletivo de expressões gráficas

Mais dois projetos estão em vias de ser implantados. Um deles é a rádio comunitária, com a proposta de realizar debates políticos e oferecer lazer em ondas que alcancem parte do centro de Porto Alegre. O segundo é a criação de um espaço voltado para as crianças, onde mães e pais que trabalham fora possam deixar seus filhos sem terem gastos com creches ou até mesmo com alguém para cuidar deles.

Outros espaços de uso coletivo, como a portaria do prédio, são de responsabilidade da Comissão de Condomínio, encarregada de organizar uma escala para cobrir os três turnos diários (oito horas cada), de forma que os próprios moradores, voluntariamente, assumem as atividades de “porteiros”, cuidando da entrada e saída de moradores e visitantes. Entre as regras de convivência estabelecidas está o cuidado com a segurança, no controle de quem entra no prédio. Uma das normas é a necessidade de identificação dos visitantes que, em algumas vezes, devem até apresentar documentação. Na porta do elevador, para economizar energia elétrica, há uma orientação de que ele seja utilizado somente por quem precisa subir, sugerindo que, ao descer, utilizem-se as escadas.

Todos os andares são temáticos e possuem grafias nas paredes representando seu respectivo tema. O primeiro é destinado aos mais idosos, batizado de “Andar do Homem Novo” (Figura 13), grafado pela imagem do revolucio-

nário Che Guevara. Os outros são dedicados à “Biodiversidade” (Figura 10), à “Consciência Negra” (Figura 11), à “Juventude”, à “Mulher” (Figura 12), aos “Povos Indígenas” (Figura 14), aos “Camponeses” (Figura 15) e à “Revolução”. As pinturas são de autoria do Coletivo Muralha Rubro-Negra, voltado à prática da arte e do “muralismo” como forma de intervenção política.²⁵



Figura 10: "Consciência negra"



Figura 11: "Biodiversidade"



Figura 12: "O Homem novo"

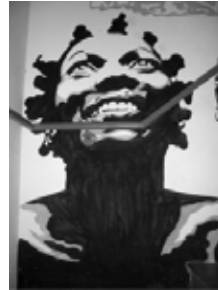


Figura 13: "A mulher"

²⁵ De acordo com o sítio eletrônico do Coletivo Muralha Rubro Negra, “o muralismo tem o caráter de intenção revolucionária e libertária, transformando em um veículo de comunicação para potencializar os conflitos existentes. A estética libertária é inspirada nas experiências Latino-Americanas de muralismo. No entanto, adiciona-se o estilo e as particularidades da realidade vivida pelo nosso povo. A produção artística é coletiva, isso significa dizer que se produz o mural juntamente com todos aqueles que se interessam em participar pintando, conhecendo a estética e incorporando elementos novos a partir da troca oportunizada pelo contato com o outro. Com a prática muralista registra-se e denuncia-se os problemas enfrentados pelo povo que resiste à opressão diária. O fazer muralista está aberto à participação daqueles sem direito a voz, mas que resistem e utilizam o mural para informar através de uma ação artística combativa e solidária com aqueles que lutam!” (texto retirado e adaptado do sítio eletrônico: <<http://muralharubronegrabrasil.blogspot.com/>>. Acesso em 07 de maio de 2010).



Figura 14: "Os povos indígenas"



Figura 15: "Camponeses"

A EDIFICAÇÃO EM MOVIMENTO: SOLIDARIEDADE E AÇÕES CONJUNTAS

Para manter o caráter político, que vem se solidificando desde a ocupação, a Comunidade Autônoma Utopia e Luta estabelece parcerias com diversos movimentos sociais e coletivos autônomos. A partir dessa premissa, surge dos moradores a vontade de propagandear a ação direta como um método político de conquista. Esta tarefa fica sob a responsabilidade da comissão política, que busca o diálogo com movimentos sociais e coletivos autônomos que debatem, entre outras pautas, a questão urbana.

Essas parcerias não são delimitadas e estabelecidas unicamente pelos membros da comissão, mas construídas cotidianamente, à medida que esses movimentos e coletivos colaboram com o Utopia e Luta e o frequentam, em uma espécie de relação de amizade. Na maioria dos casos, estas organizações buscam nele uma parceria para a realização de ações conjuntas, como atos políticos, marchas etc., assim como um espaço físico para abrigar reuniões e plenárias, realizar minicursos e oficinas, entre outras iniciativas. Briza, um dos responsáveis pela comissão de cultura, afirma:

A gente sempre empresta os espaços aqui do prédio pra outros movimentos, pra tentar fazer um espaço popular, que seja autônomo e popular, pela auto-determinação dos povos. Então um movimento que se adequar a esta proposta de coletivo tá no Utopia e Luta também e ao mesmo tempo a gente tá neste coletivo. Então tudo se organiza de uma forma muito dinâmica.

É possível também identificar que o Utopia e Luta mescla local de moradia com identidade de movimento social. Essa identidade se sustenta, de acordo

com alguns moradores, no processo da ocupação e na história de sua vida como pessoas inseridas em uma moradia que reivindica pautas políticas. O caráter de movimento social faz com que exista a necessidade de articulação com outros grupos. Ao falar do Utopia e Luta como movimento, Marcelo afirma:

O movimento Utopia e Luta é isso aí, ele não é só o Utopia e Luta, ele é agregador, um catalisador, um agregador de outros movimentos. Tem vezes que o Utopia e Luta tem 500 pessoas, tem vezes que tem dois, depende do momento. A exemplo do que aconteceu faz pouco tempo, andaram pichando as nossas paredes com suásticas, com símbolos nazistas, em uma semana a gente organizou uma marcha com 500 pessoas, então, é um apoio, uma luta que a gente tem um respaldo de outros movimentos porque a gente tem uma luta comum, um apoio.

Entre os movimentos sociais e coletivos que participam com o Utopia e Luta, seja em ações conjuntas, seja no cotidiano do prédio estão os seguintes:

Movimento Nacional de Catadores de Resíduos²⁶ (MNCR)

Coletivo Mulheres Rebeldes²⁷

Resistência Popular Gaúcha²⁸

Levante da Juventude²⁹

Grupo de Apoio à Reforma Agrária (GARRA)³⁰

Levanta Favela³¹

Teatro Ói Nós Aqui Traveiz³²

Grupo Nuances³³

Ação anti-sexista³⁴

Casa de Resistência Cultural³⁵

Coletivo Catarse³⁶

Coletivo Muralha Rubro-Negra³⁷

²⁶ MNCR – <http://www.mncr.org.br/>

²⁷ Mulheres Rebeldes – <http://mulheresrebeldes.blogspot.com/>

²⁸ Resistência Popular – <http://resistenciapopular.blogspot.com/>

²⁹ Levante Popular da Juventude – <http://levantepopulardajuventude.blogspot.com/>

³⁰ Garra – <http://www.ufrgs.br/viveirismo/ProjetoViveiros2007.htm>

³¹ Levanta Favela – <http://levantafavela.blogspot.com/>

³² Tribo de atadores Ói Nós Aqui Traveiz – <http://www.oinoisaquitraveiz.com.br/>

³³ Grupo Nuances: pela livre orientação sexual.

³⁴ Ação Anti-sexista – <http://anarcopunk.org/acaoantisexista/>

³⁵ Casa de Resistência Cultural – <http://casaderesistencia cultural.blogspot.com/>

³⁶ Coletivo Catarse – <http://coletivocatarse.blogspot.com/>

³⁷ Coletivo Muralha Rubro-Negra – <http://muralharubronegrabrasil.blogspot.com/>

Espaço Libertário Moinho Negro³⁸

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra³⁹

Encontro Latino Americano de Organizações Populares Autônomas
(ELAOPA)⁴⁰

Massa Crítica⁴¹

Federação Anarquista Gaúcha⁴²

Esses movimentos têm caráter local, nacional, regional e internacional. De acordo com Solari, “os movimentos sociais são parceiros do Utopia e Luta desde o início da ocupação. Sempre são bem-vindos para participar e colaborar aqui, desde que não tirem nosso maior triunfo, a nossa autonomia”.

Entre as atividades promovidas pela Comunidade Autônoma Utopia e Luta, podem ser citadas:

- Dia Internacional da Mulher, promovido pela comissão de mulheres da Comunidade Utopia e Luta, cuja versão de 2008 teve como temas, os direitos da mulher e a Lei Maria da Penha, e atividades como a exibição do filme “O aborto dos outros⁴³”, recital de poesias, oficina de customização e fuxico, mostra de artesanato, brechó e almoço comunitário.

- 1º de Maio no Utopia e Luta (Figura 16). O primeiro ocorreu em 2008, no ano da ocupação, quando o professor Jorge Quilfeldt, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, proferiu a palestra “A experiência Zapatista da autonomia: resistência com identidade, tradição e criatividade”. Houve também atividades como brechó, técnica vocal, feira de alimentação, mostra fotográfica e de CDs independentes, artesanato, exibição de filmes, recreação infantil, oficinas, apresentações musicais e serigrafia. Este evento contou com grande participação, e desde então, a data se tornou um dia de aprendizado político e de confraternização.

³⁸ Espaço Libertário Moinho Negro – <http://moinhonegro.blogspot.com/>

³⁹ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – <http://mst.org.br>

⁴⁰ ELAOPA – <http://www.elaopa.org/>

⁴¹ Massa Crítica – <http://massacriticapoa.wordpress.com/>

⁴² Federação Anarquista Gaúcha – <http://vermelhoenegro.org/>

⁴³ O aborto dos outros – Carla Gallo (BRASIL, 2008)



Figura 16: Cartaz do 1º de Maio

- 2º Seminário sobre Reforma Urbana (Figura 17), realizado em dezembro de 2008, em que foram discutidos os temas “educação, meio ambiente, cultura, saúde, trabalho e reforma urbana”.



Figura 17: 2º Seminário Utopia e Luta e Reforma Urbana

- 3º Seminário Utopia e Luta (Figura 18), realizado em outubro de 2009, com o tema: “Reorganização da luta urbana a partir da prática da autonomia popular”.



Figura 18: 3º Seminário Utopia e Luta e Reorganização Urbana

- Projeto “Voltando para a Casa”, realizado em novembro de 2009, com temas relacionados a moradia popular e moradores de rua.

- Reuniões do Comitê Popular da Copa (Figura 19), visando à organização do coletivo que debate a questão urbana e a Copa do Mundo. Não existe uma periodicidade fixa, mas, no geral, ocorrem em média duas reuniões por mês.



Figura 19: Chamado para reuniões do Comitê Popular da Copa

- “Todos contra a Opressão” (Figura 20), manifestação contra o racismo, o nazi-fascismo e todo o tipo de opressão, julho de 2011.



Figura 20: Cartaz "Todos contra a opressão"

- “5ª Feira da Biodiversidade”, promovida pela Prefeitura de Porto Alegre, em maio de 2011.

- “Cine Escadaria” (Figura 21), mostra de filmes, com debate.



Figura 21: Cartaz "Cine escadaria"

- “Oficina Zapatista de Metodologia de Consenso” (Figura 22), realizada em agosto de 2009, setembro de 2010 e setembro de 2011.



Figura 22: Cartaz "Oficina zapatista"

- “Festa da Mulherada no Utopia”, com shows, palestras sobre direito da mulher, oficinas de maquiagem, de pedicuro, de tranças afros etc., ocorrida em março de 2011.

- Oficinas de panificação, serigrafia, manutenção de horta e de corte e costura, gratuitas e abertas ao público.

- “A Outra Festa II (Figura 23): por uma copa que respeite os direitos dos povos”, com teatro, feira de trocas, economia solidária, mostra de filmes e documentários, dança, capoeira, batucada, música e artesanato, organizada em dezembro de 2010.



Figura 23: Cartaz "A outra festa II"

- “Curso intensivo de samba no pé”. Março de 2011.
- “Mutirão dos Tomates”, momento de reorganização do terraço da horta, com discussão e planejamento do espaço. Fevereiro de 2011.
- Exibição do filme “O Veneno está na mesa”, com apresentação e debate. Agosto de 2011.
- Palestra: “O que cada um pode ganhar com a Economia Solidária”, com Ruth Ignácio. Agosto de 2011.
- “Expoagasalho”, exposição de artistas populares para arrecadação de agasalhos para os moradores em situação de rua. Agosto de 2011.
- Encontros e debates sobre a construção de um espaço aos moldes dos caracóis zapatistas, chamado de “Caracol Libertário” (Figura 24).
- “Encontro da democracia direta e não-violência” (Figura 25), em julho de 2011.



Figura 24: Convite 3º Caracol Libertário



Figura 25: Cartaz do Encontro Aberto Democracia Direta e Não-Violência

Além dessas, outras atividades de apoio político fazem parte do cotidiano do Utopia e Luta, como o apoio ao Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), aos Movimentos Quilombolas, Indígenas etc.

CONCLUSÕES, OU: UMA PAUSA PARA RESPIRAR

O caso do Utopia e Luta tem algumas peculiaridades que merecem ser retomadas e destacadas, a saber: 1. o fato de ser uma ocupação urbana que ocorre no contexto de “fervor” do Fórum Social Mundial e na mira da atenção das organizações de esquerda em diversas escalas; 2. a intervenção e os interesses de grupos político-partidários na utilização da conquista do prédio como bandeira de propaganda; 3. a aquisição do espaço, de fato, para moradia e reassentamento (visto que algumas ocupações têm o caráter efêmero por se tratarem de protestos); 4. a diversidade dos ocupantes; 5. talvez o ponto principal, a convivência dos novos moradores no mesmo espaço.

Esse cenário resultou em dois anos de ocupação e cinco anos de moradia até agora, em 42 unidades habitacionais, na maioria das quais vivem famílias que se dividem em um espaço conquistado através de método “marginal”, a ocupação.

Não buscamos aqui concluir este artigo, mas expor algumas impressões desse processo de luta por moradia. Para rearranjar essas impressões, a partir das vivências no Utopia e Luta, elencamos alguns registros em torno da organização, das fortes notas libertárias ligadas à necessidade de autonomia, de democracia direta e de afirmação territorial – tanto nas declarações quanto nas práticas –, das potencialidades de autogestão e da construção de territórios dissidentes, a partir do ponto de vista das concepções do anarquismo especificista.

O Utopia e Luta resiste como habitação, pois vai além das políticas de reassentamento urbanos impostas pela lógica de especulação imobiliária, mantendo-se no centro da cidade como uma de suas reivindicações e princípios, devido a tudo que representa morar nessa área. O sentido do Utopia e Luta para os moradores se manifesta em uníssono, como representação da moradia conquistada. Ainda que nem todos concordem com todas as decisões tomadas em assembleias, e nem todos os moradores delas participem efetivamente, os que lá vivem têm consciência da origem desse seu espaço e também da importância política do Utopia e Luta no contexto das lutas urbanas.

Por isso eles se organizam e estabelecem (ou, pelo menos, buscam estabelecer) relações de poder que se constroem sob duas perspectivas: a primeira, caracterizada pelas relações de poder internas, baseadas nas assembleias, tendo como forma de organização, a autogestão; e a segunda, caracterizada pelas relações de poder externas, ou seja, a ruptura com as políticas de cooptação dos partidos políticos, com a pressão da lógica de consumo da cidade etc.

Essa organização permite observar que a construção desse cotidiano está fortemente calcada nos princípios e na busca da autonomia, da autogestão e da presença da dimensão espacial como base dessas relações e construções. A concepção de autonomia se manifesta, na Comunidade Autônoma Utopia e Luta, como uma construção cotidiana, a partir da gestão do seu território. Vê-se, por exemplo, que a COOPSUL funciona como articulação para autonomia jurídica e econômica. Ela é o “braço”, como relataram os moradores, que se aproxima de forma muito relevante com os ideais de emancipação da sociedade a partir do desenvolvimento “de todas as faculdades e poderes de cada ser humano, pela educação, pelo treinamento científico e pela prosperidade material” (BAKUNIN, 2002, p. 47), dando sentido também aos núcleos, enquanto fomentadores de geração de renda no viés político, no sentido de fazer política, de se auto-organizar.

A autogestão incorpora-se e configura-se no Utopia e Luta na organização coletiva que busca resistir às formas de poder autoritárias – podendo ser o Estado, partidos políticos, movimentos sociais centralizados e hierarquizados etc., para além de uma simples forma de administração, de trefismo. Para que isso ocorra, é necessário criar mecanismos de descentralização de poder, como assembleias, conselhos e outros espaços coletivos, sob valores e princípios construídos coletivamente e partir das bases da organização, assim como formação política cotidiana, inserida nos/dos sujeitos e não imposta “de cima para baixo”.

Além da fachada da portaria do prédio, onde se lê a frase “estás pisando em um território de autodeterminação popular”, ficam evidentes, em cada depoimento, conversa ou chimarrão, a noção e a dimensão territorial. Esta noção está engendradora, infiltrada e inserida no cotidiano de resistência do prédio, o que se verifica quando os moradores demonstram entender o espaço urbano como arena de lutas travadas historicamente, contextualizadas enquanto classe.

Assim, a autogestão – como forma de organização conquistada (ou conquistando-se) pelo Utopia e Luta – e a dimensão territorial possibilitam forjar

estratégias de organização e planejamento eficazes em relação aos poderes autoritários, tanto interna quanto externamente. Além disso, pode-se arriscar que a autogestão é genuinamente ideal como forma de organização territorial, visto que a democracia direta, as relações horizontais, a construção cotidiana e o sentimento de pertencimento convergem e manifestam-se em territorialidades nas ações do Utopia e Luta, como o Caracol Libertário, os festejos promovidos no centro da cidade, as oficinas ministradas e abertas ao público e as atividades políticas com outros movimentos sociais, criando símbolos políticos que se perpetuam e caracterizam o território. É possível, portanto, identificar “uma geografia” e “uma anarquia” nesses modelos de organização libertários, autogeridos, a partir da perspectiva territorial, configurados em territórios dissidentes.

Concluir aqui, portanto, daria a impressão de ter acabado, interrompido. E, seguramente, o Utopia e Luta e toda essa rica dinâmica de movimentos, ações e contradições não estão arrematados, ao contrário, trata-se de cotidiano, de sujeitos, das mais simples relações de vizinhança intrinsecamente (re)organizadas em princípios políticos, na luta/busca por uma outra política, uma outra cidade, um outro projeto de sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKUNIN, Mikhail A. *Deus e o Estado*. São Paulo: Nu-Sol/Imaginário/Soma, 2000.
- BOOKCHIN, Murray. *Anarquismo, crítica e autocrítica*. São Paulo: Hedra, 2011.
- COMUNIDADE AUTÔNOMA UTOPIA E LUTA. Disponível em: <http://www.utopia-e-luta.blogspot.com>. Acesso em: 15 de janeiro de 2012.
- FARJ – Federação Anarquista do Rio de Janeiro. *Anarquismo Social e Organização*. São Paulo: Faísca, 2009.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. 2008. Disponível: <http://www.cidades.gov.br/noticias/predio-do-inss-no-rs-destinado-a-moradia/>. Acesso em: 24 de setembro de 2011.
- MALATESTA, Errico. *Escritos revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000.
- MESOMO, Juliana F. *Comunidade Autônoma Utopia e Luta: estudo antropológico de uma experiência de moradia urbana*. 2009. 38 f. Monografia (Graduação em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- PARRA, Henrique Z. M. *Liberdade e necessidade: empresas de trabalhadores autogeridas e a construção sócio-política da economia*. 2002. 265 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RODRIGUES, Glauco Bruce. *Comunas e federações, territórios libertários: a espacialidade anarquista durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939)*. 2011. 474 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Geografia: a hora e a vez do pensamento libertário*. 2011 (Mimeo)

_____. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

UNIVERSIDADE POPULAR E MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS DO RIO DE JANEIRO. *Capitalismo, anticapitalismo e organização popular*. Rio de Janeiro, 2010.

Enviado para publicação em 18/03/2012

Aceito para publicação em 25/06/2012